

Cartórios civis passam a emitir documentos como CPF, RG e Passaporte

CLEUSA DUARTE
REPÓRTER

Após a Lei Federal 13484/2017 ser julgada constitucional, pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) em todo o país, desde o último dia 10, os cartórios de Registro Civil em toda a Bahia estão procurando firmar convênios com órgãos Estaduais e Federais. O objetivo é começar a emitir documentos como Identidade, CPF, Carteira de Habilitação ou de Trabalho e até Passaporte, para pessoas que não têm esses serviços perto de casa. De acordo com o presidente da Associação de Registros de Pessoas Naturais BA (ARPEN), Daniel Sampaio, a medida vai facilitar a vida de quem mora longe.

"Excelente esta lei ter sido julgada pelo pleno e ter sido julgada constitucional por 10 votos contra um. Ela tinha sido julgada inconstitucional em 2017, logo que foi aprovada. Uma luta e um benefício, pois ela altera a Lei 6015/73 e permite que os cartórios de Registro civil possam firmar convênios com órgãos federais e estaduais para a emissão de documentos.", afirma Sampaio.

O importante segundo

Sampaio é que estas parcerias sejam firmadas sem ônus para a população. "Estamos em busca de parcerias, mas queremos que o serviço seja realizado pelo mesmo valor que nos respectivos órgãos."

Em todo o estado baiano existem 880 cartórios de Registros Civis, sendo que na Salvador são 23. Ainda de acordo com Sampaio a população será melhor atendida "Em muitas cidades não temos Pedro Melo, Polícia Federal ou até Detrans, muitas pessoas às vezes precisam viajar mais de 300 quilômetros para retirar estes documentos."

Importante esclarecer que os cartórios somente receberão a documentação da população e se encarregarão de enviá-la, para os devidos órgãos responsáveis. Após analisados os documentos e aprovados serão reenviados aos cartórios, para que as pessoas peguem os documentos.

Sampaio também acrescenta, que "com a privatização dos cartórios, os serviços têm apresentado muita qualidade e a demanda da documentação não trará transtornos ao setor".

O diretor Nacional da ARPEN, Cristiano Cassettari afirma "Estamos no Brasil e não na Dinamarca. Imagina a dificuldade das pes-



FACILIDADE

Os cartórios querem firmar convênios com órgãos estaduais e federais para começar a emitir diversos tipos de documentos



ÓRGÃO

Na Bahia existem 880 cartórios de Registros Civis

soas do sertão baiano para tirar um documento. A Lei foi julgada constitucional recentemente, mas já estamos procurando firmar os convênios devidos com os órgãos emissores. Cartórios

existem em todas as cidades brasileiras." Cristiano destaca, que os valores poderão ter um acréscimo, "porém pode valer a pena. No caso muitos pagavam transporte, hotel, comida. O va-

lor da viagem era maior".

A ARPEN Bahia ainda não tem ideia de quando os cartórios começam a prestar o serviço, pois dependem dos convênios com os órgãos, como o Instituto Pedro Melo, Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Detran, Tribunal Regional Eleitoral.

Para começar a prestar os serviços, os cartórios precisam firmar o mais breve possível estes convênios com órgãos públicos. Esses convênios serão homologados e fiscalizados pelo Poder Judiciário.

A pedagoga Luiza Vitória, 63, garante que a medida não vai alterar sua rotina "Estou aqui no cartório reconhecendo uma firma, mas vou preferir emitir esta documentação nos próprios órgãos. A maioria tem postos nos Sacs. Mas reconheço, que para

quem mora em cidade sem o serviço será essencial.

Luciana Torres, 38, administradora de empresas recebe muitos parentes do interior baiano que vêm a procura de fazer passaporte e a procura de serviços de saúde. "Realmente vai facilitar a vida de quem quer viajar, por exemplo. Passaporte é um documento difícil de se retirar, ainda vai esbarrar com o visto exigido por alguns países."

O engenheiro Breno Lima, 40, concorda que é um avanço "também tenho parentes do interior baiano, que costumam ser recebidos, pela minha mãe, em Salvador, principalmente quando se trata de passaporte. Mas se a ideia é prestar um serviço para quem tem dificuldades, que o preço não sofra alterações."

GESTÃO COMPARTILHADA

Terrenos da União poderão ser usados para o turismo

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

O governo federal resolveu que, muito em breve, áreas da União poderão ser utilizadas para o desenvolvimento do turismo. Sendo assim, terrenos e construções, com potencial turístico, terão gestão compartilhada entre os ministérios do Turismo e da Economia.

"A gestão compartilhada destas áreas da União potencializará a atração de investimentos ao país, gerando mais emprego e renda para nossa população, além de melhorar o aproveitamento das áreas públicas. Isso fará com que o fluxo turístico nacional e internacional no Brasil cresça. É o Turismo fazendo parte do desenvolvimento do país."

A declaração é do ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio enviada pela sua Assessoria de Comunicação, em Brasília. Técnicos da pas-

ta farão a definição das áreas, a partir de projetos técnicos, que poderão ser encaminhados tanto por representantes de Unidades Federativas (UFs), municípios, e, até mesmo, por particulares (pessoas físicas e jurídicas).

GRUPO TÉCNICO

"Com a publicação da Portaria Interministerial e da Instrução Normativa Conjunta, que deverá acontecer nos próximos dias, o Ministério do Turismo (MTur) dará início ao processo para constituir o Grupo Técnico e um plano de ação para o repasse das orientações acerca dos procedimentos a serem realizados para a gestão compartilhada. Nessa portaria também constará os critérios e modelos para os projetos técnicos a serem admitidos", esclarece o MTur. Quanto à identificação dessas áreas, o MTur fará uma consulta para mapear o interesse de cada Unidade da

Federação.

Fomos em busca de novas informações e recebemos por parte da Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Economia apenas uma informação lacônica: "As áreas referentes ao normativo mencionado em sua demanda ainda serão levantadas. O assunto ainda depende de regulamentação, o que deverá ocorrer com a publicação de uma portaria interministerial e de uma Instrução Normativa".

AÇÕES CONJUNTAS

A normativa assinada conjuntamente entre os ministérios do Turismo e da Economia foi publicada, na edição extra do Diário Oficial da União, no último dia 10. Ela permite que as áreas turísticas, sob domínio da União, passem a ter sua gestão compartilhada entre as duas pastas. A medida é uma das metas do Ministé-

rio do Turismo para os 100 dias de governo com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios do turismo e potencializar a atração de investimentos para o Brasil.

Por extensão, a Instrução Normativa possibilitará o desenvolvimento de ações conjuntas para a regularização e utilização de imóveis - terrenos e edificações de domínio da União - com potencial turístico, bem como permitir o aproveitamento destas áreas para atração de investimentos e proporcionar o aumento do fluxo turístico nacional e internacional no Brasil, inclusive por meio de parcerias público-privadas.

DESTINAÇÃO DEVIDA

De acordo com a Portaria, caberá ao Ministério do Turismo (MTur) a identificação das áreas. Após essa análise, juntamente com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) realizará a devida destinação. A liberação

da área acontecerá de acordo com sua disponibilidade, bem como projeto técnico para sua utilização, a ser analisado por ambos os órgãos. Também será de responsabilidade do MTur, a definição da forma de seleção pública que será realizada, assim como os modelos de negócios, valores, e outros pontos referentes aos contratos de destinação.

Em contrapartida, caberá à SPU a formalização e gestão financeira dos contratos, além da fiscalização, dentre outros procedimentos técnico-operacionais, que serão detalhados em Instrução Normativa a ser publicada nos próximos dias. A parceria com o MTur trará maior dinamismo para os procedimentos já realizados pela SPU, propiciando também a possibilidade de regularização de empreendimentos turísticos já existentes e a ampliação da arrecadação de receitas patrimoniais.

LIBERDADE

Novas geomantas levam mais tranquilidade para moradores

Foto: Valter Pontes

Há décadas, a dona de casa Geronice Menezes, de 57 anos, vivia sob forte tensão quando chovia na Rua Rio Prado, na Liberdade. Isso porque a encosta existente sofria constantes deslizamentos, ameaçando a própria casa e das demais 264 famílias da região. Ela e os demais vizinhos passaram a respirar aliviados com a iniciativa da Prefeitura de implantar a geomanta na localidade, entregue pelo prefeito ACM Neto na manhã de ontem (23).

Além da Rua Rio Prado, também foi beneficiada

com a ação a encosta vizinha, na Primeira Travessa Coronel Serra Martins. As geomantas nessas localidades dão continuidade ao conjunto de entregas e ações pelos 470 anos de Salvador. Também estiveram presentes no evento o vice-prefeito e secretário de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), Bruno Reis, e o diretor-geral da Defesa Civil de Salvador (Codesal), Sosthenes Macêdo, além de demais gestores municipais, autoridades e população.

"Além da entrega des-

sas duas proteções de encostas, foi autorizada o início das obras de outra encosta aqui nessa região da Liberdade, também na Coronel Serra Martins, com investimentos próprios da Prefeitura. Nesse período de chuvas, a nossa atenção fica ainda mais presente na cidade, com toda a equipe de prontidão e, sobretudo, com a continuidade da entrega dessas obras de encostas que vem mudando a vida de milhares de pessoas que moram em áreas de risco em Salvador", salientou ACM Neto.



REQUALIFICAÇÃO

As obras foram entregues por Neto ontem

Bahia foi o que mais investiu e reduziu despesas

Um relatório divulgado na última segunda (22) pelo Tesouro Nacional apresenta a Bahia como o Estado que mais realizou investimentos, além de ser o que mais reduziu despesas no primeiro bimestre de 2019. Em um cenário onde somente metade dos Estados destinou recursos a investimentos, a Bahia dedicou 4% do orçamento para obras e ações diretamente voltadas para a população em todo o território baiano.

A manutenção da capacidade de investimento é resultado do equilíbrio fiscal assegurado por dois fatores principais: a melhoria contínua da arrecadação de impostos estaduais e o controle dos gastos públicos. A Bahia, mesmo em períodos de crise, vem mantendo as contas em dia, diferente de outras administrações estaduais que passaram a atrasar ou parcelar o pagamento dos salários dos servidores e ter dificuldades para saldar compromissos. A Bahia também ampliou, nos últimos anos, a proporção entre o orçamento público e o PIB estadual. Esta relação chegou a 18%, percentual que é o dobro do registrado em São Paulo, por exemplo.

Além de liderar os investimentos, a Bahia foi o Estado que mais reduziu despesas, com queda de 39%. As informações estão no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do Tesouro Nacional. O levantamento inclui dados de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além do Ministério Público e da Defensoria Pública.